

REVISTA MARACANAN

Nota de Pesquisa

Crise do capital e crise da gestão estatal: a socialdemocracia e o Brasil Potência ¹

Crisis of capital and crisis of state administration: socialdemocracy and Brazil as a power

Ana Elisa Cruz Corrêa

Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Rio de Janeiro
aecorrea@gmail.com

Resumo: Neste artigo pretendemos problematizar as (im)possibilidades de gestão do Estado perante a atual crise sistêmica – econômica, política e social – que temos vivenciado no Brasil. Buscamos refletir sobre os projetos das esquerdas que se propõem a uma gestão estatal que levaria à retomada de políticas de desenvolvimento nacional combinada a políticas compensatórias de mitigação da desigualdade social. Para tal, nos remetemos às concepções de Marx da crise fundada na *autocontradição do capital* visando a refletir sobre os processos de crise, no centro e na periferia, ao longo do século XX. Com isso, trazemos elementos para analisar a experiência gestora do Partido dos Trabalhadores ao longo dos anos 2000 como parte integrada à dinâmica do capitalismo mundial e seus processos amplamente destrutivos mediante a permanente busca pela valorização do valor.

Palavras-chave: Crise do capital; Crise do Estado; Autocontradição do capital; Socialdemocracia; Gestão da barbárie.

Abstract: In this paper we intend to discuss the (im)possibilities of State administration in the contemporary systemic crisis - economic, political and social - we have experienced in Brazil. We sought to think on the projects of the leftists that propose a state administration that would lead to the recovery of national development policies combined with compensatory policies to mitigate social inequality. To that end, we refer to Marx's conceptions of crisis founded on the self-contradiction of capital, in order to reflect on the crisis processes in the center and the periphery countries throughout the twentieth century. Therefore, here are some elements to analyze the administration experience of the Workers' Party throughout the 2000s as an integrated part of the world capitalism dynamics and its largely destructive processes through the permanent search for value production.

Keywords: Crisis of capital; State crisis; Capital self-contradiction; Socialdemocracy; Administration of barbarism.

Recebido: Novembro 2017

Aprovado: Dezembro 2017

¹ Esse artigo é parte de uma pesquisa de doutorado que contou com o apoio de bolsa CAPES/CNPQ.

Introdução

Os projetos de gestão estatal da crise sistêmica contemporânea compõem o paradoxo de uma modernização periférica em crise, a qual produz crescentemente uma massa não integrável ao sistema produtor de valor, além de condições inexoráveis quanto a novas grandes ondas de desenvolvimento econômico. As esquerdas, em especial a socialdemocracia no Brasil e no mundo, seguem pressupondo possibilidades de gestão do Estado, o que se expressa nas disputas eleitorais e na proposição de programas de governo que propõem certo controle ou limitação dos fluxos de capital e investimentos, combinados com a redução das desigualdades sociais. Em um “tempo de expectativas decrescentes”² as medidas progressistas em torno da “questão social” - cada vez mais limitadas em qualidade, quantidade e duração temporal - seguem como perspectiva restrita de ação política e como crítica mitigada ao sistema do capital. Entretanto, é o que se apresenta como concretamente realizável nos “limites do possível” em uma realidade que amarga ainda as derrotas históricas da esquerda mundial. Tais projetos se estabelecem como tarefa de gestão do Estado, portanto, de gestão da crise, tarefa esta encampada pela socialdemocracia europeia ao longo do século XX e pela esquerda latinoamericana nos anos 2000. Apesar dos flagrantes fracassos recoloca-se a tarefa gestora, agora em um contexto de adversidade crescente em que se instauram inquietações quanto aos significados e consequências da defesa das lutas sociais e suas organizações como meios intencionais de gestão do Estado para redução da desigualdade e controle da suposta avidez por lucro das classes dominantes.

Para aprofundar essas questões julgamos necessário refletir sobre o processo de financeirização do capital e suas “fugas para frente”, em uma busca, reiteradamente incapaz, de conter a progressiva queda nas taxas de lucro. Essa crescente inviabilidade de “desenvolvimentos” ou conquistas parciais, nos termos da esquerda brasileira, conforma um cenário no mínimo sombrio para as lutas sociais contemporâneas ao colocar em cheque as principais reivindicações destas organizações e outras que surgiram nas décadas seguintes. Tratamos desses desafios inserindo-os no contexto socioeconômico que determina em grande medida a estrutura social recente, a crise mundial. Nesse sentido, chegamos aos seguintes questionamentos: Quais as causas estruturantes da crise econômica em curso nos países periféricos? Quais as consequências de se defender uma retomada das políticas de desenvolvimento nacional combinada a políticas compensatórias? Haveria possibilidades abertas na economia capitalista mundial para empreitadas como esta?

A dificuldade em respondê-las objetivamente se converteu em incentivo à pesquisa e em alguma inspiração na tentativa de levantar elementos para o confronto com os limites deste tempo histórico. Trazemos nesse artigo alguns elementos de reflexão, porém, o fazemos

² ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

sem a pretensão de esgotá-los, menos ainda de apresentar normativamente respostas ou soluções. Afinal, este pragmatismo da “esquerda do possível” é pano de fundo e sustentáculo dos projetos gestores em questão.

1. A crise do capital: autocontradição e contratendências no século XX

Desemprego estrutural e financeirização sistêmica são expressão e fundamento dos “limites estruturais da expansão do capital”, como denomina Ernst Mandel.³ Esses limites compõem contemporaneamente o que Marx chamou, nos *Grundrisse*, de “autocontradição do capital”. Esta seria fruto da determinação central do sistema do capital: a busca incontrolável em superar continuamente seus próprios limites garantindo a valorização do valor ou, em outros termos, a autovalorização.

A maior potência sistêmica é também o maior limite: para continuar a existir é necessário que o capital eternamente se valorize. A coisificação do trabalhador e a atuação do valor como sujeito estariam imersos em um sistema dinâmico em que se alteram continuamente os parâmetros da produção e circulação de modo que se viabilize uma crescente valorização do valor. A valorização do valor, ou de forma mais simplificada, a ampliação permanente das taxas de lucro, é uma necessidade do capital para garantir sua existência como tal. Assim Marx explicitou na sentença “*autovalorização é autoconservação*”, isto é, sem um permanente processo de criação de um valor cada vez maior, ou de um lucro cada vez maior na perspectiva do capitalista individual, o capital seria incapaz de manter sua existência como sistema social.⁴ Marx buscou responder ao longo de sua obra aos argumentos de socialistas utópicos e economistas, como Proudhon e Ricardo, que levantaram possibilidades de controle do processo de valorização. Essas elaborações eram tentativas de se desmontar algumas partes da engrenagem do sistema do capital, ou de se controlar sua necessidade de valorização desmedida do valor, sua força vital. Questões como estas nos parecem ainda atuais por remeter-nos às levantadas pelos teóricos do (neo)desenvolvimentismo ou do social liberalismo,⁵ que apontam para uma possibilidade de controlar uma parcela do capital (a financeira) e redirecionar recursos, via intervenção estatal, para o setor produtivo e a política social distributiva.

O papel histórico do capital é a criação de trabalho excedente, de mais valor apropriado pelo capitalista. À medida que se desenvolvem as necessidades, desenvolve-se a “laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital” e das forças produtivas do

³ MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

⁴ MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 210.

⁵ BOITO JUNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM de Economia da FGV-SP, 9º, São Paulo. *Repositório Digital FGV*. São Paulo: FGV-SP, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/vAgtBe>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Sobre análises críticas ao neodesenvolvimentismo ver: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. São Paulo: Pão e Rosas, 2012.

trabalho, incitadas continuamente pela “ilimitada mania de enriquecimento” do capital: “Por isso o capital é *produtivo*, i. e., uma *relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital”,⁶ limite este que o sistema cria para si mesmo e que necessita continuamente transpor. E essa barreira, continuamente repostada e a ser incessantemente transposta, expressa a tendência a se produzir cada vez menos valor à medida que mais se desenvolvem as forças produtivas. Em outras palavras, o trabalho excedente não cresce na mesma medida em que se desenvolvem as forças produtivas, isto é, em que aumenta a produtividade do trabalho. A tendência lógica e necessária da busca por mais valor seria a princípio o desenvolvimento das forças produtivas, a qual aumenta o trabalho excedente sempre em relação à proporção anterior da jornada de trabalho.

Aqui encontramos o momento em que Marx desenvolveu os elementos que compõem a contradição estrutural do capital. A única maneira de se gerar mais valor seria por meio do trabalho vivo, da exploração da força de trabalho, porém, quanto mais o capital se desenvolve na busca de ampliar o valor excedente, menor é a fração em que esse aumento se dá.⁷ Aqui se encerra uma condição para a reprodução do capital que será seu fundamental limite, o qual o capital terá, ao longo do tempo e do desenvolvimento das forças produtivas, cada vez maior dificuldade em transpor. O desenvolvimento das forças produtivas resulta em ampliação dos instrumentos de trabalho (maquinaria) e material (matéria-prima). E sua consequência é a diminuição do trabalho necessário como resultado de uma diminuição do trabalho vivo em geral em relação ao capital total, o que Marx denominou sucintamente de aumento da composição orgânica do capital. Temos um aumento da maquinaria (capital fixo) que resulta no aumento da produtividade; e uma redução **relativa** do número de trabalhadores (capital variável), o que leva à progressiva redução da taxa de lucro.

Por conseguinte, o crescimento da força produtiva supõe, se o *valor total do capital permanece o mesmo*, que a sua parte constante (consistindo de material e máquinas) cresce em relação à variável, i.e. em relação à parte do capital que se troca com o trabalho vivo, e que forma o fundo do salário. O que se apresenta ao mesmo tempo como uma menor quantidade de trabalho que põe em movimento um maior *quantum* de capital.⁸

Ao mesmo tempo em que há uma tendência do capital criar a maior quantidade de trabalho possível, pois é daí que extrai seu lucro, é também tendência buscar reduzir o tempo de trabalho necessário ao mínimo, pois é necessário um movimento incessante de crescimento da lucratividade, já que só esse crescimento garante sua conservação.

Esta é a **tendência** do capital, à medida que se desenvolve, de expulsar mão de obra e reduzir o número de jornadas simultâneas ao buscar ampliar o trabalho excedente referente à taxa de mais valia, isto é, a quantidade de trabalho excedente em relação à produção total de valor. “O capital, como pôr do trabalho excedente, é igualmente e no mesmo momento pôr e

⁶ MARX, Karl. *Grundrisse*. *Op. cit.*, p. 256.

⁷ *ibidem*, p. 269.

⁸ *ibidem*, p. 313.

não pôr do trabalho necessário; o capital só é a medida em que o trabalho é e ao mesmo tempo não é.”⁹ Em síntese, a cada ciclo de desenvolvimento da produtividade é menor a ampliação de trabalho excedente em relação ao ciclo anterior de investimentos. Ao mesmo tempo, o trabalho vivo é cada vez mais expulso do sistema produtivo, inclusive via redução de jornadas de trabalho simultâneas. Dessa forma, chega-se à concepção de que, em certos momentos do desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento do capital cria os entraves para seu próprio desenvolvimento. Essa seria, em síntese, a *autocontradição do capital*.

Muitas objeções a essa tendência sistêmica à crise tem sido desenvolvidas com enfoque nas contratendências, isto é, nas capacidades do capital responder sistemicamente às suas crises. A maior parte delas é citada como “causa contra arretante” por Marx ao longo do livro III de *O Capital*,¹⁰ como: elevação do grau de exploração da força de trabalho (prolongamento e intensificação), compressão de salários abaixo de seu valor (superexploração), barateamento do capital constante com o desenvolvimento tecnológico da indústria, barateamento da força de trabalho devido à criação artificial de uma superpopulação relativa, expansão para as colônias (multiplicação de mercados, ampliação da escala produtiva, barateamento dos custos de reprodução do trabalhador), inovações tecnológicas (venda temporária de mercadorias acima de seu valor devido a vantagens competitivas temporárias), aumento da massa de valor investida na produção, entre outros. A lista é longa e podemos observar esses mecanismos em intensa dinâmica até os dias atuais. Entretanto, o fato de estarem em movimento não significa necessariamente que seriam suficientes para compensar a crise de produção de valor que atinge proporções cada vez maiores.

No momento histórico em que Marx elaborou essas análises, fins do século XIX, o capital começava a expressar esses limites, continuamente transpostos e repostos ao longo dos séculos subsequentes. Vejamos assim como a crise tendencial da taxa de lucro se apresentou nas últimas décadas com seus limites, hoje quiçá intransponíveis.

Chamamos atenção para duas tentativas de resposta à crise de valorização de valor ao longo do século XX: a expansão imperialista e a ficcionalização do capital. Esses processos, acompanhados de duas grandes guerras mundiais, foram marcados por um período de expansão que durou cerca de três décadas, de 1945 a 1975. Ernst Mandel parte da análise desse período para explicar a crise do capital que se iniciou nos anos 1970 e se estenderia até 1986, ano de publicação de seu último artigo sobre o tema que compõe a compilação “A Crise do Capital”.¹¹ Partimos das reflexões de Ernst Mandel e Robert Brenner com o intuito de qualificar historicamente o que consideramos a tendencial falência sistêmica de resposta à crise mundial de valorização do valor desde os anos 1970 até os dias atuais, o que se expressou na inexistência de um novo *boom* de desenvolvimento e prosperidade e na intensificação de um processo destrutivo ampliado. Apesar das ações contratendências

⁹ MARX, Karl. *Grundrisse*. *Op. cit.*, p. 313.

¹⁰ MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

¹¹ MANDEL. Ernest. *A crise do capital... Op. cit.*

continuamente colocadas em movimento mundialmente, o que observamos é uma contínua fuga para frente.

Esse resgate, ao qual nos propomos de forma sucinta, tem como objetivo qualificar a crise que os governos brasileiros enfrentaram no início do século XXI. Enfocamos na última seção deste artigo a década petista de gestão da crise na periferia do capital. Pretendemos, por fim, chegar às linhas gerais do que enfrentamos atualmente: uma tendencial crise da gestão social, política e administrativa do Estado perante a crise econômica mundial e, conseqüentemente, a emergência de questionamentos quanto aos rumos das esquerdas que passam a administrar processos de barbárie ampliada.¹²

Ernst Mandel, nos artigos compilados no livro supracitado, tinha o objetivo de analisar o que chamou de "recessões generalizadas" (1974-75 e 1980-82) ao situá-las em relação a sua ruptura com o pós II guerra e em relação ao funcionamento do capitalismo mundial. Buscou explicar que essas recessões e suas seguintes fases de depressão, isto é "de retomada hesitante, desigual e não-cumulativa", não seriam nem o resultado do acaso nem o produto de elementos exógenos. Elas corresponderiam ao contrário à "lógica imanente do sistema", ainda que fatores exógenos desempenhassem papéis nas particularidades de cada ciclo.¹³ Seria, portanto, uma expressão da crise como autocontradição do capital como compreendida por Marx.

A expansão pós II guerra é caracterizada por um ciclo de avanço das forças produtivas, isto é, uma revolução tecnológica combinada com uma nova forma de concentração de capitais, que só foi viável devido à internacionalização da produção, quando o capital ultrapassou os limites do estado nacional. Segundo Mandel, entre 1953 e 1963 o volume da produção dos países capitalistas teria crescido 65% e suas exportações 82%. E entre 1963 e 1972 a produção teria crescido ainda mais, chegando a um aumento relativo de 65%, assim como as exportações, que teriam aumentado nesse período em 111%. Porém, após essa ascensão iniciou-se uma crise generalizada, isto é, a primeira que teria afetado, após a crise de 1929, todas as grandes potências imperialistas ao mesmo tempo, a crise de 1974/75.

Segundo Brenner, o boom pós II guerra teria sido viabilizado devido à redução dos custos de produção conquistada durante a depressão, que teria levado à queima do estoque obsoleto, à pressão sobre os salários considerando o enorme desemprego, e também à relativa contenção do movimento operário. Além disso, a enorme demanda dos tempos de guerra, quando as economias do Japão e Europa ocidental estavam destroçadas, teria sido fundamental para o *boom* dos EUA. Assim, se conformou o que Brenner identificou como uma *virtuosa espiral ascendente*: "Asseguraram-se altas taxas de lucro, e portanto altas taxas de acumulação de capital, as quais fortaleceram o aumento da produtividade, do emprego e dos salários reais. Tudo isso levou a um aumento da demanda de investimentos e de consumo."¹⁴

Esse quadro geral constituiu um período de bem aventurança para os centros

¹² Sobre o tema da gestão da barbárie ver: MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

¹³ *Idem*, p.7.

¹⁴ BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 48.

capitalistas, apesar das tensões que envolveram a Guerra Fria. Houve um controle de créditos que acompanhou a política de expansão do pós-guerra, como tentativa de reduzir a amplitude das crises. Porém, as “técnicas anticrise” seriam inflacionárias, o que teria desembocado no desmoronamento do sistema monetário internacional, com a condição de inconvertibilidade do dólar em ouro no início dos anos 1970. Em 1975, teria ocorrido a redução das exportações em 7% no conjunto do comércio mundial. E a retração da demanda por bens de consumo e produção levaria à retração da demanda por matéria prima. Mas a contração do comércio mundial seria um momento da crise, assim como a questão da inflação seria resultado das tentativas frustradas de contenção das tendências contraditórias do capital. A crise só poderia ser entendida a partir da combinação de elementos explicáveis a partir do aumento da composição orgânica do capital, sendo este o resultado da trajetória descendente da taxa de lucro.

No pós II guerra havia um mercado em expansão combinado com uma superexploração da força de trabalho, porém, para Mandel, a conquista do pleno emprego resultante da constituição dos sindicatos e da combatividade da luta de classes, teria também em alguma medida contribuído para a terceira revolução tecnocientífica, já que o capital buscava sempre reduzir ao máximo seus custos com uma força de trabalho que ficava cada vez mais cara. Esse elemento seria, entretanto, um catalizador de um processo em curso, já que a terceira revolução industrial seria fruto da competição intercapitalistas e do desenvolvimento das forças produtivas, impulsionados pela queda tendencial das taxas de lucro.

A questão central é que a combinação desses elementos levaria a um aumento da composição orgânica do capital. E esta, sempre crescente, não poderia mais ser compensada satisfatoriamente com uma ampliação da exploração da mais valia. Segundo Mandel, o resultado desta combinação contraditória seria a “erosão inexorável da taxa média de lucros”. A terceira revolução tecnológica com suas técnicas de produção automáticas ou semiautomáticas teria levado ao aumento da produtividade e também do desemprego, chegando ao número de 17 milhões de desempregados nos países imperialistas em 1975. Ao mesmo tempo, ocorreu o aumento da inflação e do custo de vida que desembocaram na redução do poder de compra, isto é, a queda na demanda.

A cada *boom* e a cada recessão seria reduzida a taxa de utilização do aparelho produtivo em relação ao ciclo precedente, levando a “uma não utilização quase permanente, para fins civis produtivos, de perto de um terço da capacidade instalada de produção nos Estados Unidos.”¹⁵ A primeira possibilidade de crise de superprodução estaria no fato de que a produção da mais valia não leva automaticamente a sua realização, isto é, ao intercâmbio entre mercadoria e dinheiro. Não seria o exagero na produção de mercadorias o que leva à crise, mas a impossibilidade de venda das mercadorias a preços que garantam a realização do lucro médio. E isso poderia se dar pela ausência de demanda, mas também pela própria queda na taxa de lucro em um ramo produtivo, o que os monopólios vinham tentando impedir

¹⁵ MANDEL. Ernest. *A crise do capital...* Op. cit., p. 26.

através do controle de preços. Nesse sentido, subconsumo e superacumulação seriam momentos da crise de superprodução. Em síntese, a crise seria uma manifestação da queda da taxa de lucro ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias.¹⁶

Uma das consequências mais prementes desse circuito perverso é que uma fração de capital recentemente acumulado não pode ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade esperadas e passa a ser cada vez mais direcionada a atividades especulativas. As questões monetárias estariam relacionadas a estes elementos em grande medida como consequências aparentemente inevitáveis em um contexto de baixo investimento produtivo: a explosão da taxa de juros e da superexpansão do sistema de crédito, o qual se aproxima periodicamente do desmoronamento. Em outras palavras, o superinvestimento (aumento da composição orgânica e da extração de mais valia relativa) teria gerado uma superprodução, que se expressaria no esgotamento de setores e regiões e a redução de força de trabalho (portanto de mais valia) na produção. Essa condição levou, por sua vez, ao subinvestimento no setor produtivo e a uma migração ao setor financeiro, tendo como consequência uma desvalorização massiva de capitais: inflação, endividamento e desemprego.

Segundo Mandel, o *boom* de 1972/73 teria sido quase inteiramente especulativo, com uma alta espetacular dos preços das matérias primas. Identifica, portanto, como a causa primeira dessa crise a "expansão da economia ocidental sobre um mar de dívidas". A amplitude da recessão fez com que progressivamente os países imperialistas suprimissem as medidas de contenção da inflação – ampliando o crédito e a massa monetária, o que produziu enormes déficits orçamentários via técnicas massivas de reanimação keynesianas e neokeynesianas. Segundo Mandel, o Estado não teria como impedir as crises de superprodução que, afinal, seriam inatas ao sistema capitalista, mas teria como limitar sua duração e profundidade. O momento da recuperação só ocorreria com a retomada da demanda interna nos principais países imperialistas, de modo que se estimulasse novamente o comércio mundial. Os governos do período do *Welfare State* produziram técnicas de intervenção na vida econômica com o intuito de conter um movimento normal do capitalismo. Devido a essas técnicas de intervenção teria ocorrido um inchaço da massa monetária em relação à produção de mercadorias, levando a uma depreciação da moeda, a inflação. E esta teria sido amplificada pela especulação e pelos preços impostos pelos monopólios.

O que se seguiu foi a pressão de diversos setores do capital nos governos no sentido de implementar uma política monetária deflacionista, o que seria inviável na medida em que uma pressão de igual ou maior tamanho se impunha no sentido do aumento do crédito e da massa monetária disponível. Além do fato de que o mercado, extremamente arredo a qualquer medida de contenção econômica por parte dos governos, faz valer a incontabilidade sistêmica.

Quanto mais os governos nacionais manipulam no âmbito interno a massa monetária, o volume de crédito, os valores de câmbio artificiais da sua divisa, e colocam em prática medidas protecionistas, tanto mais as forças produtivas

¹⁶ MANDEL. Ernest. *A crise do capital...* Op. cit., p. 216.

internacionalizadas se rebelam contra essas manipulações, como também as leis do mercado – a lei do valor – desencadeiam mecanismos compensatórios que tornam estas medidas governamentais **ineficazes ou até nocivas**.¹⁷

Portanto, o que se seguiria à crise dos anos 1970 seria uma condição distinta da que teríamos observado até então no sistema do capital de tentativa de resposta às crises. As “ondas longas com tendência expansiva”, isto é, a dinâmica de fases de recessão curta seguidas de fases de retomada e *boom* longas e prósperas, teriam sido suplantadas por “ondas longas com tendência à estagnação”, as quais seriam recessões longas e profundas seguidas de retomadas curtas e muito pouco expansivas. De recessão em recessão seria cada vez mais difícil absorver o excedente de capacidade produtiva. Dessa forma, essas retomadas só seriam possíveis através de uma política de endividamento massivo, além de políticas de eliminação da principal mercadoria do sistema capitalista, a força de trabalho. Enquanto as formas de segregação e desigualdade social se perpetuam, os anos posteriores seriam marcados por tentativas sistêmicas de reparação às perdas de mercado criadas pelo desemprego massivo e pelo enfraquecimento dos investimentos produtivos, o que não apontou para um momento de bonança no período subsequente.

Mandel chama atenção para o caráter incontrolável deste ciclo. Para um novo momento de expansão seriam necessárias, de forma simultânea: “uma violenta expansão do mercado (do poder de compra dos últimos consumidores) e uma alta efetiva da taxa média de lucros”. Mas para isso ocorrer deveriam coincidir muitos elementos, os quais não poderiam ser produzidos de uma hora para outra por qualquer medida governamental ou acordo privado. Aí reside a fragilidade da socialdemocracia que se apresenta como gestor, “mais responsável” e com caráter social, dos momentos de crise. Os argumentos dos socialdemocratas se concentrariam no mal menor:

Se não gerirmos a crise, ela será gerida pela reação, e a austeridade será bem mais dura. Além disso, se não permitirmos o capitalismo sair da crise graças à austeridade, o desemprego provocará um retorno ao poder da extrema direita, ou a catástrofe absoluta.” Em outros termos: “Suportem que lhe cortem três dedos, de medo de perder toda a mão.”¹⁸

Chegamos, assim, à relação da crise no centro com a América Latina e o Brasil, destacando a amplitude dessas dinâmicas que caracterizam tanto o centro quanto a periferia do capital.

2. Duas contratendências: desenvolvimentismo e endividamento na periferia do capital

O limite das técnicas anticrise aplicadas pelos governos dos países centrais até 1973 se expressaram à medida que as soluções keynesianas protecionistas acabaram por agravar o

¹⁷ MANDEL. Ernest. *A crise do capital...* Op. cit., p. 227.

¹⁸ *Ibidem*, p. 234.

problema. Muitas empresas endividadas e com capacidade produtiva obsoleta não faliram devido aos auxílios institucionais, o que acabou por não abrir espaço a um processo de reconstrução. Assim, no fim dos anos 1970 há um impasse do setor manufatureiro e do programa keynesiano de gestão da demanda, pois este fora incapaz de revitalizar a economia mundial e reverter a queda na lucratividade. Após o aumento da inflação até o ponto em que passara a estrangular e não mais alimentar a expansão, observamos uma progressiva mudança da política econômica keynesiana para a monetarista.

De 1979 a 1990, as políticas monetaristas de Thatcher e Reagan, como a redução do crédito e a austeridade, teriam o objetivo de elevar a lucratividade, aumentando o desemprego e reduzindo os salários. Teria ocorrido assim um movimento de redistribuição de renda em favor do capital por meio de redução de impostos para empresas e redução de gastos sociais. E, por fim, veríamos o expurgo de empresas de baixa produtividade até então protegidas pela política keynesiana. Com o objetivo de conter a inflação e desregular o mercado financeiro, os governos centrais estabeleceriam uma política de controle de preços em busca de enfrentar a competitividade internacional. Entretanto, todas essas medidas, apesar de conterem os efeitos da crise e reestabelecerem certa estabilidade sistêmica, foram e tem sido incapazes de solucionar a contradição estrutural como causa da crise. Assim, adentramos o ponto que pretendemos tratar: as tentativas expansionistas de contratendência, isto é, que buscavam a saída da crise e a restauração das taxas de lucro a partir da relação com os *países periféricos*.

O processo de industrialização e modernização periféricos sempre estiveram atrelados à dinâmica e às necessidades do capitalismo central. Mesmo no período de bem aventurança do pós II guerra, os países periféricos, ainda que iniciassem seu processo de industrialização, se mantiveram como fornecedores de matérias primas ou espaços de consumo dos bens de produção duráveis e não duráveis produzidos nos países centrais, bem como espaços de investimento, de afluxo de capitais. O período de substituição de importações foi fruto do limite externo de reprodução ampliada, isto é, da crise do centro do capital ocorrida em 1929. Seu empreendimento, portanto, não correspondeu à necessidade, ainda que de fato existente, de corrigir a disparidade entre importações e exportações para o desenvolvimento do país. A política de substituição de importações seria, na realidade, uma expressão ampliada das contradições do capital mundial, o qual abarca tanto o centro quanto a periferia. Também a expansão do mercado interno ao longo das décadas de 1960 e 1970, bem como os processos de urbanização, seria fruto dessa mesma crise de acumulação internacional, isto é, devido ao afluxo de capitais externos, subordinando as necessidades internas do país.¹⁹

Nesse sentido, a expansão de capitais na periferia não se deu devido a uma busca interna pela modernização nacional, "subjetivada por um desejo de industrialização", mas de acordo com as necessidades da economia central, a qual se volta à periferia como mecanismo de expansão de capitais em busca de superar sua crise de superprodução. Nesse sentido, nos

¹⁹ ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 219.

anos 1970, países em desenvolvimento como o Brasil conseguiram aumentar suas exportações e ingressar lucrativamente no mercado mundial, ainda que em um reduzido número de linhas de produção. Segundo Brenner: "Fizeram-no combinando salários relativamente baixos e instalações e equipamentos relativamente avançados, além de enormes empréstimos dos grandes bancos internacionais a seus governos".²⁰

Essa saída à crise se mostrou ineficaz na medida em que a ampliação das capacidades produtivas para a América Latina ou o Leste Asiático apenas fizeram crescer ainda mais a quantidade de estruturas produtivas ociosas. De qualquer forma, para esses países, esse afluxo de capitais representou neste primeiro momento um relativo alívio em seus déficits de pagamento devido ao afluxo de empréstimos bancários provenientes dos países centrais.

Portanto, sua condição estruturalmente frágil coloca essas economias à mercê de uma dinâmica externa, o que produziu simultaneamente sua glória e sua ruína. Em 1974/75, por exemplo, os preços agrícolas chegaram ao seu ponto mais alto, para cair acentuadamente em 1976. Dentro desse escopo vale mencionar o principal setor a receber esses créditos internacionais nos países periféricos, a agroindústria. A concentração de terras e a impossibilidade de auto sustentação da população rural não é uma característica exclusiva do Brasil, portanto, é parte de uma dinâmica mundial que se expressou dessa maneira nos países periféricos.²¹

Nesta dinâmica integrada a acumulação primitiva da periferia ocorreria em um momento de altíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas, momento em que a força de trabalho não encontraria possibilidades para sua reprodução. Essa condição foi denominada por Alfredo (2013) de "forma negativa da acumulação". As empresas modernas se utilizam de fontes como a renda da terra ou a exploração da mais valia absoluta combinada com a relativa com o intuito de compensar a crise posta na produção: "A industrialização está posta negativamente pelo tempo social mundial médio que leva à extensão agrícola insuperada na forma de industrialização. A agricultura não é o limite, mas o resultado desta modernização negativa interna ao capitalismo periférico brasileiro."²²

Essa acumulação primitiva periférica se dá justamente no momento de crise de acumulação do capitalismo mundial. Nesse sentido, a expansão da agricultura na periferia, a Revolução Verde periférica, se deu através da crise e da correspondente necessidade de expansão do capital central. Na verdade, enquanto pôde se perpetuar e beneficiar o capitalismo central, mantendo-se o afluxo de capitais ao ramo agrícola nas periferias, a urbanização e industrialização nos ramos de bens de produção nesses países foi, em certa medida, limitada. E ainda que ocorresse aí um processo modernizador do campo, ele não se reverteu em uma melhoria direta ao polo do trabalho ou mesmo à dinamização da economia interna dos países periféricos. Nesse sentido, suas mazelas sociais se perpetuaram, ou até mesmo se intensificaram.

²⁰ BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. *Op. cit.*, p. 74.

²¹ MANDEL, Ernest. *A crise do capital...* *Op. cit.*, p.116.

²² ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia...* *Op. cit.*, p. 129.

Com o enfraquecimento progressivo do padrão dólar e o aparecimento dos limites do aumento da inflação como amortecedor temporário da crise, iniciou-se um período de contenção do crédito. E o período subsequente foi justamente de explosão do endividamento internacional, abalando de forma arrasadora os elos mais fracos da economia mundial, o que ficou conhecido nos anos 1980 como a crise da dívida do terceiro mundo.

Nos EUA, as dívidas privada e pública em 1979 chegaram a 4 trilhões de dólares, e em 1985, a 7 trilhões. Já a dívida do terceiro mundo em fins dos anos 1970 alcançava a cifra de 350 bilhões de dólares. Portanto, comparativamente menos que 10% do valor da dívida norte-americana em 1979. Entretanto, o dilema nesse momento seria: ou o estrangulamento do comércio mundial ou a falência dos grandes devedores periféricos, o que causaria perdas enormes e mesmo o risco de uma quebradeira bancária generalizada. A tendência era exportar o máximo possível os ônus da crise da dívida mundial para os países periféricos. Seriam responsabilizados e arcariam com as consequências, ainda que não fossem de fato “culpados” por qualquer “delito”, já que o afluxo de créditos às suas economias foi parte de uma dinâmica internacional, que beneficiava primordialmente as economias centrais.

Longe de resultar de imperícia dos países subdesenvolvidos, de suas classes proprietárias ou de seus governos, a dívida não é senão uma manifestação particular do papel chave que a inflação do crédito – e, portanto, a expansão de todas as formas de dívidas – tem representado para estimular o crescimento (ou melhor, para retardar a crise) após a II Guerra Mundial em todos os países e segmentos capitalistas.²³

A crise da dívida era, entretanto, efeito do esgotamento de uma tentativa de contenção da crise de 1973, isto é, um efeito da expansão do crédito como motor da economia do capitalismo tardio através do endividamento de empresas, famílias e governos. A dívida das famílias aumentaria a demanda, a das empresas ampliaria os investimentos e a dívida pública atenuaria a crise fiscal do Estado. E toda essa concertação se dava em busca de retardar a queda da taxa de lucro e tinha como consequência a transferência das mazelas da crise para as periferias.

A temporária dessincronização, entre a depressão dos países imperialistas de um lado, e da América Latina e da Ásia de outro, produziu uma ilusão de que a solvabilidade desses países era crescente, ilusão esta que alimentou aqui as esperanças desenvolvimentistas do período ditatorial. E que inclusive afetou as esquerdas conformando uma busca pela modernização social. Contudo, os anos 1980 e a explosão das dívidas expressaram uma fusão entre especulação, corrupção pessoal e crise de solvabilidade no terceiro mundo. Ao mesmo tempo, ficou claro que a indústria americana não conseguiu aumentar até então suas taxas de lucro e enfrentava uma crise monetária internacional.

Os países mais pobres, isto é, aqueles que mais precisariam de capitais para se industrializar e se modernizar, sofreram a diminuição progressiva do ritmo de seu crescimento e desenvolvimento. Assim, chegamos à *crise da modernização periférica*. Desta crise decorre a impossibilidade de alcançarmos na periferia uma forma de desenvolvimento característica dos

²³ ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia...* Op. cit., p. 275.

países centrais, o que foi por muito tempo o fundamento do pensamento científico periférico. Essa tragédia anunciada conseguiu se ampliar ainda mais nas décadas subsequentes. Por fim, desembocamos no século XXI como mais um capítulo dessa crise ampliada sem precedentes na história do capitalismo mundial.

3. A bolha das commodities e o “Brasil potência” na era petista

O reduzido crescimento econômico dos anos subsequentes a 1973 teria se agravado de forma crescente. O excesso de capacidade produtiva ociosa teria alcançado toda a economia, especialmente os setores de alta tecnologia. Brenner identifica aí a gravidade do descompasso entre os níveis de lucratividade reais e os lucros do setor financeiro, ainda que este esteja em parte ancorado na produção e sua capacidade de expansão.²⁴

Os mercados seguem inundados pelo amplo crédito disponível, o “dinheiro fácil” que sustentou a “mitologia da nova economia”. As ações inflaram principalmente no setor de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT) formando-se enorme bolha especulativa. Em 2000, as empresas de telecomunicações produziram menos de 3% do PIB norte-americano, mas o valor de suas ações alcançaram 2,7 trilhões de dólares, isto é, 15% do valor referente às corporações não financeiras da economia dos EUA.

Quando essa bolha estourou, o crash e a recessão se iniciaram pelas empresas de internet (.com), o que se expressou na quebra da bolsa Nasdaq em abril de 2001. A crise também atingiu os fabricantes de equipamentos para as operadoras de tele, por sua vez seguidos da quebra dos produtores dos componentes para esses equipamentos, e assim por diante. Entretanto, é de se considerar que todo o mundo foi impulsionado por esse boom, abarcando os países do centro e da periferia: Estados Unidos, Japão, Europa, Brasil, etc. E todos estes sofreram na sequência com a crise que se seguiu. Segundo Brenner, a crise das telecomunicações e da alta tecnologia seria mais um momento do contexto geral da economia norte americana já contraída desde fins dos anos 1970 pelo excesso de capacidade da indústria manufatureira internacional. No início de 2002, os lucros absolutos no setor manufatureiro corporativo tinham caído, chegando a uma queda superior a 40% na taxa de lucro. Como efeito as corporações reduziram sua capacidade produtiva, em especial em relação à amplitude da força de trabalho. E assim se consolidou uma espiral descendente: a queda do investimento e do consumo levaram a demissões, falências, empréstimos inadimplentes, queda na demanda, recessão.²⁵

A principal resposta do FED, banco central norte americano, foi o estímulo ao consumo via crédito, portanto, o estímulo ao endividamento das famílias, principalmente através das hipotecas. Tudo isso fomentado pela expectativa de que o aumento do consumo recuperaria os investimentos e o crescimento. Entretanto, a capacidade produtiva se manteve ociosa e as

²⁴ BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Op. cit.

²⁵ *Ibidem*, p. 28.

corporações tiveram poucos incentivos para investir, mesmo com o crédito disponível. Não é a toa que o que a crise de 2007/8 é um efeito do estouro da bolha do mercado imobiliário, isto é, da impossibilidade de saída da crise pelo endividamento das famílias norte americanas.

Esse período seria marcado pelo enchimento da maior bolha financeira da história americana: "O valor das ações explodiu perdendo por inteiro qualquer relação com os lucros corporativos subjacentes."²⁶ O efeito riqueza gerou de fato um alívio temporário, um breve interregno para os Estados Unidos e a economia mundial. Entretanto, pensamos que isto não passa de mais uma "fuga para frente", um filme que tende, volta e meia, passar ao revés. Uma repetição marcada por níveis cada vez mais amplos de destruição: expropriações, desemprego, fome, encarceramento em massa, violência, depredação da natureza.

Ocorreu assim um descolamento progressivo do capital creditício em relação ao trabalho como forma abstrata produtora de valor, isto é, um descolamento do capital que rende juros do que seria sua necessária correspondência concreta. Segundo Robert Kurz, as crises seriam fruto da não coincidência entre esses dois momentos: dinheiro e trabalho. E esse processo tenderia a se prolongar até o momento em que a desvinculação se completa. Isso se dá após o processo especulativo, quando se abandona até mesmo uma possível aparência de vinculação com a produção real. As bolhas especulativas adiam ao máximo esse momento, forjando uma produtividade inexistente. E isso só é possível porque os ganhos do capital atingiram tal limite que não faz mais sentido que sejam investidos em atividades produtivas, já que o retorno em valor produzido se torna inviável, passando, assim, a ser direcionados ao setor financeiro. Essa condição teria levado a uma enorme dependência do capital produtivo em relação ao monetário: "o real capital empresarial 'actuante', que utiliza trabalho abstracto na efectiva produção de mercadorias, deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor."²⁷

Nesse sentido, os mecanismos de financeirização, e mesmo da ficcionalização do valor expressa na rolagem de dívidas, passam a compor a produção de tal forma de que o valor só se materializa na medida em que adentra ao jogo dos mercados de papeis. Essa não seria uma forma "perversa" do capital, mas sim a forma do *capital em si* na sociedade capitalista contemporânea. Todos os capitalistas produtivos que se colocam de fora do grande capitalismo cassino tendem a ser sistematicamente eliminados na medida em que se tornam incapazes de realizar os investimentos necessários aos níveis de competitividade impostos pelo mercado mundializado. Esse descolamento do dinheiro, do valor que circula no espaço financeiro, em relação à produtividade real é a base do processo de financeirização. Entretanto, o que observamos é uma imanente dependência da estrutura produtiva.

Assim, é como encadeamento desse processo que no início dos anos 2000 se iniciou o *boom* do mercado de commodities. Mais uma bolha que se formou para estourar alguns anos depois. Um importante trabalho sobre o tema é o de Fábio Pitta, sobre a crise da produção

²⁶ BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Op. cit., p. 38.

²⁷ *Idem*.

canavieira no estado de São Paulo.²⁸ Um elemento que este autor identificou é que a produção canavieira teria passado a ocorrer apenas com o objetivo de uma aparentemente infundável “rolagem de dívidas anteriores”. Vários são os mecanismos financeiros identificados por Pitta como meios de ficcionalização do valor como a CPR (Cédula de Produto Rural), o ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio), a emissão de bônus de dívidas em dólares e a securitização das dívidas. O nó da problemática dessas negociatas, que acabaram por levar várias empresas à falência, seria o investimento no mercado de derivativos.

Com a alta do preço das commodities no mercado internacional estabeleceu-se um “ciclo vicioso” de captação de dólares, considerando a valorização do real e as baixas taxas de juros que acabaram por incentivar uma política de endividamento. Quando o dólar começou a se valorizar em relação ao real em 2007/08 as perdas se tornaram gigantescas, ao mesmo tempo em que ficou impossível acessar mais créditos e fazer a rolagem das dívidas.

Esse endividamento permanente estava fundado nas apostas no mercado de futuros, isto é, concretamente, no comprometimento, segundo Pitta, de até cinco safras vindouras. Esse seria um exemplo do que Kurz se referiu como o momento em que o capital nega a si mesmo ao comprometer seu próprio futuro.²⁹ Conseguiria por algum tempo adiar a crise a partir de um determinado setor e, após seu desmoronamento, concreto e fictício, migraria para outro a partir de um patamar cada vez mais insustentável. Isso se expressa nos espaços de tempo cada vez mais curtos entre o boom, a bolha e seu estouro, e também na medida em que o capital fictício não é uma forma de lucro extra, necessário à sustentação do capital produtivo, mas se converte em seu fundamento e razão. Segundo Pitta, o mercado de futuros teria sido a saída encontrada ao longo da década de 1980, na periferia do capital, como forma de lidar com suas dívidas. Desde então se saldavam as dívidas anteriores com novos endividamentos até o ponto em que todo o cerne do processo produtivo passa a ser determinado pelos títulos de promessas de rendimentos futuros, papéis estes que possibilitariam novos endividamentos sem a concretização da valorização do valor, o que agravou ainda mais a crise mundial.

O que teria ocorrido no Brasil ao longo dos anos 2000 seria a internalização da dívida, isto é, o endividamento privado teria sido transferido às empresas estatais e contas do Estado. O autor chama a atenção para uma ampla oferta de créditos subsidiados, durante os governos Lula e Dilma, para a agroindústria canavieira. Mas ressaltamos que, nesse período, isso não se dá apenas com esse setor, mas com o agronegócio em geral.³⁰

Segundo Kurz, essa relação com o Estado é fruto de um novo tipo de endividamento estatal que vinha se conformando desde o pós II guerra. Seu resultado contemporâneo seria o

²⁸ PITTA, Fábio T. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

²⁹ KURZ, Robert. *Ascensão do dinheiro aos céus. Maio de 2002*. Disponível em: <www.obeco.planetaclix.pt>. Acesso em: 15 nov. 2017.

³⁰ LULA pede agilidade na liberação de recursos para o agronegócio. *Folha Online*, 14 abr. 2009; EM 18 MESES, BNDES gasta R\$ 5 bi para criar “gigantes”, *Folha Online*, 04 out. 2009; STEDILE, João Pedro. O agronegócio tem uma presença maior no governo Dilma. *Isto é*, Rio de Janeiro, 24 fev. 2014.

Estado como fonte do capital fictício que mantém a sociedade produtora de mercadorias a partir de uma virtualidade que se propaga no tempo e no espaço, cada vez mais carregada de processos destrutivos. E esta forma de ficcionalização não seria apenas a condição da produção, mas também do consumo, já que o crédito passa a ser o fundamento da reprodução dos trabalhadores em geral.³¹

Compreende-se assim o papel do Estado como gestor da crise do capital na realidade brasileira ao longo dos anos 2000, após a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003. Lembramos que as décadas de 1980 e 1990 expressaram o fim da onda desenvolvimentista das décadas anteriores, mergulhadas em um processo de galopante crise social e econômica: hiperinflação, desemprego estrutural, aumento significativo da violência urbana e rural, precarização e privatização dos serviços públicos, etc. Esse período, descrito por diversos pensadores como o “desmonte de nação”, é fruto dos choques decorrentes da abertura econômica do país ao mercado internacional financeirizado. O que, como vimos, era o curso “natural” das coisas na perspectiva do capital e sua necessidade de auto reprodução. É nesse contexto que Lula chegou ao planalto como “paladino” de uma política de combinação entre desenvolvimento e justiça social, passando a cumprir o papel de “melhor” gestor da crise do capital da periferia:

Diante deste estado de calamidade, ao vencer as eleições em 2002, o PT se credenciava para a gestão desta crise social com uma longa ficha corrida de experiências (principalmente em prefeituras). Nestas experiências o partido foi criando para si outro lugar na história, distinto das antigas polêmicas sobre ser um partido revolucionário ou de reformas. Seu sentido histórico último será mesmo o de ter construído um sistema original de gestão de uma sociedade que desmorona. Que este sistema seja concebido como parte de um esforço de transição (para onde?) é parte das formas ideológicas fantasmagóricas deste período histórico. Em toda sua arquitetura as políticas sociais passaram a ser concebidas como uma linha auxiliar da tentativa de reanimação econômica do gigante combalido.³²

Luiz Gonzaga Belluzzo, intelectual próximo ao partido dos trabalhadores ainda que crítico a certos rumos da política econômica do governo petista, afirma que os anos anteriores às eleições de 2002 ocorreram em clima de terror especulativo. Isto seria decorrente de um processo que se iniciou na crise da modernização dos anos 1970, que fez com que a década seguinte, de 1980, fosse marcada por planos de estabilização que não passaram de “providências precárias e desesperadas contra o redemoinho da hiperinflação”. A crise da dívida externa teria levado a um estrangulamento econômico e, portanto, a uma enorme desordem fiscal e monetária no país. Nos anos 1990, a abertura comercial com câmbio valorizado e juros altos teria promovido o desaparecimento de importantes elos das cadeias produtivas na indústria de transformação, bem como um aumento generalizado das importações. Isso explicaria o crescimento pífio e as condições instáveis do período pré-

³¹ KURZ, Robert. Ascensão do dinheiro... *Op. cit.*

³² MENEGAT, Marildo. O fim da gestão da barbárie. *Revista Territórios Transversais*, São Paulo, n. 3, set. 2015.

eleitoral no início dos anos 2000.³³

Nessa mesma linha, Nelson Barbosa, importante quadro da política econômica dos governos Lula e Dilma, indica que o PT teria assumido o governo em 2003 e um contexto de grande fragilidade macroeconômica. O Brasil teria sofrido um ataque especulativo, se encontrava com uma dívida do setor público que alcançava 60% do PIB e estava praticamente sem reservas internacionais. Essa condição se expressaria na depreciação do real com um aumento de 12,5 % da inflação. Assim, seria justificada a política econômica aplicada de 2003 a 2005, marcada por medidas restritivas como a elevação da taxa de juros, combate à inflação, desvalorização do câmbio e elevação do superávit primário com o objetivo de diminuir a dívida pública. O foco do governo, em um primeiro momento, seria recuperar a estabilidade monetária e fiscal, o que, segundo Barbosa, foi bem sucedido. Em 2004, o PIB aumentou 5,7% e as exportações se expandiram, o que teria sido fomentado por um cenário internacional favorável. Tudo isso, aliado ao aumento do consumo privado e dos investimentos, teria possibilitado que, em fins do ano de 2005, Lula pagasse a dívida de 23 bilhões com o FMI. Ao mesmo tempo, realizava reformas financeiras com o objetivo de liberar mais crédito aos trabalhadores. Um exemplo é a criação do crédito consignado, iniciativa e sugestão da CUT, viabilizado através de um acordo entre sindicatos e instituições financeiras.³⁴

Belluzzo apresenta uma visão crítica a essa política econômica dos primeiros anos do governo Lula, pois estaria assentada em uma "anomalia": uma política monetária excessivamente conservadora. Afirma que a política fiscal prudente de acumulação de reservas, importantes defesas aos efeitos da crise, teria sido possível apenas por uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável. Nesse sentido, sua crítica se dirige à enorme dependência do mercado internacional, em especial da exportação de commodities. Esta relação com as commodities, por outro lado, é considerada positivamente por Barbosa como uma "âncora verde" na contenção da inflação. Um dos motivos seria o fato de os preços das commodities terem subido internacionalmente a partir de 2003, gerando uma melhora na taxa de câmbio e reduzindo a inflação. Nesse ano, o PIB cresceu 6,1%, enquanto o salário mínimo cresceu 25% entre 2006 e 2008 em termos reais.

Nesse período, de 2006 a 2008, a política macroeconômica, fiscal e monetária teria sido de caráter expansionista. Isso teria se expressado no lançamento do PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento) e do Pré-Sal, projeto de expansão da exploração petrolífera. Em outubro de 2008, entretanto, começamos a sofrer o impacto da crise financeira internacional, aquela que Lula chamou de "marolinha".³⁵ O PIB continuou a ser positivo, mas seu crescimento caiu para 5,1%. Porém, como vemos nas análises de Fábio Pitta, a elevação do preço internacional das commodities acabou produzindo uma enorme bolha especulativa,

³³ BELLUZO, Luiz G. Os anos do povo. In: SADER, Emir (org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 103-110.

³⁴ BARBOSA, Nelson. 10 anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 69-102.

³⁵ Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será "marolinha". *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 out. 2008.

pressionando novamente a inflação para cima.

Nesse período, o Brasil manteve as taxas de juros altas e se iniciou uma enxurrada de operações no mercado de derivativos e a generalização da especulação. O governo petista assumiu uma tentativa mínima de controlar as operações financeiras através da taxaço das IOFs, mas apenas a quebra do Banco Lehmann Brothers corrigiu alguns excessos especulativos, levando inclusive a uma restrição de crédito internacional. Nos anos de 2009 e 2010 observamos uma enorme desvalorização de títulos privados e das commodities. Os principais impactos dessa crise internacional sobre o Brasil foram, segundo Barbosa, uma contração substancial da oferta de crédito e uma grande incerteza sobre a solvência de exportadores de commodities.³⁶

Segundo Barbosa, as respostas à crise foram ancoradas em "medidas expansionistas na área fiscal, monetária e creditícia" com a expansão da liquidez, o congelamento da taxa Selic, a desoneração tributária e a expansão da oferta de empréstimos. A isso se somou o programa social de moradia "Minha Casa, Minha Vida" que incentivaria o crescimento do setor da construção civil ao mesmo tempo em que ampliava a estrutura de proteção social. E, o que é essencial, todas essas iniciativas foram, em alguma medida, temporariamente agraciadas com uma nova elevação dos preços das commodities ao longo do ano de 2010.

Por fim, nos anos de 2011 e 2012 o primeiro governo Dilma seguiu com as medidas restritivas do final do governo Lula: taxa de juros de 12,5%, redução de gastos do governo, elevação do superávit primário. Seria uma "política menos expansionista sem abandonar as conquistas do passado", pois manteria a elevação do salário mínimo e o combate a pobreza. Entretanto, é impossível negar o nível de instabilidade aí presente, o que ficou claro com a nova queda das commodities em 2011/12.³⁷

Ainda que a política econômica do governo estivesse atrelada até a medula à dinâmica do capital internacional, Barbosa afirma que o mérito dos governos petistas seria ter aproveitado da melhor forma possível os períodos de bonança, reduzindo a fragilidade financeira do país sem abandonar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O economista afirma que a política social teria um efeito no campo da demanda, já que as transferências de renda aos mais pobres através do Bolsa Família e outras políticas sociais, bem como o aumento do salário mínimo e a oferta de crédito aos trabalhadores, teriam um "impacto expansionista sobre a produção". Entretanto, assume que o principal desafio do governo Dilma daí em diante seria a retomada do dinamismo da indústria com o objetivo de "aumentar a produtividade sistêmica do país". E é aí que está o cerne das críticas de Belluzzo à política econômica dos governos do PT. Ao apontar os problemas envolvidos na dependência da exportação das commodities como pilar de sustentação da economia do país, Belluzzo chama a atenção sobre a limitação e seus efeitos para a renda e o emprego. A única forma de sustentá-los a longo prazo seria através do crescimento da indústria e a diversificação produtiva. E a manutenção da dependência das commodities a partir de 2003 teria colocado o

³⁶ BARBOSA, Nelson. 10 anos de... *Op. cit.*, p. 80.

³⁷ *Ibidem*, p. 87.

Brasil em posição “simultaneamente promissora e perigosa”. O foco nessa forma de sustentação da economia teria ampliado o déficit comercial que afetou a maioria dos outros setores industriais, ao mesmo tempo em que o agronegócio e a mineração sustentavam um superávit no comércio exterior. Belluzzo propõe um incentivo aos ramos produtivos com o objetivo de instaurar uma política de reindustrialização, concebendo que haveria um “empresariado brasileiro interessado no crescimento de seus negócios e de sua empresa” e a possibilidade de combater setores rentistas improdutivos ou reduzir os benefícios ao capital financeiro.

Apesar das recomendações gestoras de Belluzzo, retomemos os mecanismos de estruturação e crise do capital mundial. Estes indicam a impossibilidade de conceber uma separação entre setor produtivo e setor financeiro, na medida em que o que ocorreu no Brasil com o setor das commodities é nada mais nada menos do que a dinâmica internacional da produção ancorada na ficcionalização do valor. E esta condição estaria tanto no âmbito da captação incessante e cada vez maior de capitais para o investimento em capital constante quanto no crédito disponível às massas de consumidores progressivamente endividados.

Vale dizer que a expectativa do Brasil potência permeia as análises dos que defendem, ainda que parcialmente, a gestão estatal do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, as commodities são base para a tentativa de constituição dos “players globais”, isto é, as empresas de capital nacional que teriam possibilidade de se tornar grandes potências internacionais. Aí estariam identificadas, no período pré lava-jato, tanto empresas da agropecuária como no caso das indústrias da carne (JBS, Friboi), do campo da extração mineral (Vale) e empresas do setor da construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS), e mesmo a própria Petrobrás e suas subsidiadas.

Nesse sentido, estaríamos constatando, após uma década de PT no governo federal, uma “nova presença do Brasil no mundo”. O governo Lula teria superado o mito de que seria impossível crescer e distribuir renda ao mesmo tempo, ou de que seria preciso escolher entre desenvolver o mercado interno ou as exportações, ou que não seria possível crescer e controlar a inflação ao mesmo tempo. O próprio Lula, em entrevista à Emir Sader e Pablo Gentili,³⁸ afirma que teria quebrado três tabus ao provar que seria possível crescer distribuindo renda, aumentar os salários sem inflação e ampliar o comércio exterior ao mesmo tempo que o mercado interno. Nesse sentido, o fundamento estaria na ampliação do consumo. A constituição da classe C, denominada pelo petismo de nova classe média, seria sua maior potência: “Esse foi o grande legado desses dez anos: nós nos descobrimos para nós mesmos. Nós não somos mais tratados como cidadãos de segunda classe. Nós temos o direito hoje de andar de avião, de entrar num shopping e comprar coisas que todo mundo sempre quis comprar.”³⁹ E para tal política se viabilizar era possível uma ampla aliança, incluindo diversos setores do capital:

³⁸ SILVA, Luiz Inácio L. da. O necessário, o possível e o impossível. (Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, Emir (org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9-30.

³⁹ *Ibidem*, p.12.

O que eu guardo é o seguinte: eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego.⁴⁰

Para tal, a política de conciliação só foi possível com o apoio de várias organizações que mobilizaram e mobilizam amplas camadas da população brasileira: "Feliz da nação que tem como interlocutores instituições fortes, sejam elas partidos, sindicatos, igrejas ou movimentos sociais. Quanto mais fortes as instituições e os movimentos sociais, mais tranquilidade de que a democracia estará garantida. E é isso que eles não compreendem." A política de conciliação entre capital e trabalho foi expressa na máxima: "todos cedem e todos ganham."

Essa postura de gestores sociais de uma miséria insuperável nos marcos do capital passou a ser marca desse governo de colaboração de classes. Como vimos, essa engenharia social só foi possível em um contexto econômico de grande afluxo de capital internacional, momento em que o mercado de commodities chegou a ter influência fundamental no aumento do PIB correspondendo a 65% das exportações do país e os investimentos no pré-sal e no setor energético de modo geral abriam flancos de atuação para as grandes construtoras, as quais se empenhavam nas obras dos Programas de Aceleração do Crescimento I e II. Somam-se a isso as obras e investimentos realizados devido aos megaeventos que ocorreriam no país, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, bem como os empreendimentos nas obras sociais como o programa Minha Casa Minha Vida. Essa bonança temporária, permitida pela pujança da tríade "setor energético - commodities - construção civil", e viabilizada em grande medida pela expansão da economia chinesa, permitiu que o Partido dos Trabalhadores articulasse elementos como: crescimento do emprego formal, ampliação do crédito às classes populares, concessão de bolsas e projetos sociais como o Bolsa Família, o Prouni, o Pronatec, o Fies e o Minha Casa Minha Vida, e altos volumes de financiamento às empresas privadas via BNDES.

Esta onda de aparente bem-estar ocultava a condição estrutural da economia brasileira, não apenas por sua irremediável dependência do mercado mundial e suas debilidades estruturais, marcas de uma economia heterogênea e débil perante a terceira revolução tecnocientífica, mas também devido ao processo de financeirização e especulação financeira que passou a reger a dinâmica econômica em todo o mundo. Isso se expressou e tem se expressado na dimensão intangível da bolha especulativa operada no setor das commodities, carro chefe da economia nacional desde 2003 e que entra em crise a partir da desaceleração da economia chinesa em 2012, principal consumidora mundial de commodities. O Brasil não passaria incólume:

Poucos se perguntaram neste período como podia um país que já passava a habitar o brejo das almas das nações quebradas pela corrida da globalização, manter uma balança comercial superavitária exportando predominantemente commodities? O 'bilhete da sorte' do governo Lula foi tirado em 2002, quando se

⁴⁰ SILVA, Luiz Inácio L. da. O necessário, o possível... *Op. cit.*, p. 16.

iniciou uma bolha especulativa com o preço das commodities. Entre este ano e 2008 os preços não pararam de subir, quando, em razão do estouro da bolha imobiliária nos EUA e do agravamento da crise mundial, os preços caíram, para voltar a subir rapidamente em 2010 e voltar a cair desde 2012. Estes movimentos dão uma base mais consistente para se entender diversos fenômenos, como a popularidade dos governos do PT neste período e a razão sem volta do dissenso atual.⁴¹

Após 2012 ficou patente a insuficiência dos esforços do governo federal em prolongar o sentimento do “todos ganham” e da tão aclamada “pax social”. Aclamada inclusive por setores da burguesia que passaram a defender a manutenção do PT como chefe de Estado. Entretanto, essa engenharia política aparente se sustentou em uma estrutura insustentável. Uma enorme bolha especulativa, um enorme endividamento da classe trabalhadora até a classe média, uma enorme falácia denominada neodesenvolvimentismo. O que ocorreu com o petismo foi a concretização de uma forma de gestão da barbárie em curso, fruto de uma sociedade que sobrevive em meio às próprias ruínas que incessantemente cria. E essa aparente onda de desenvolvimento concreto produtivo do valor nunca deixou de estar ancorada na sua crescente ficcionalização. A reprodução ampliada de massas de lucro sem valor é o fundamento do que conhecemos como neoliberalismo, uma sociedade concreta e simultaneamente fantasmática, na medida em que não se estrutura a partir de uma base real.

Impõe-se a impossibilidade de retomada de uma nova onda de acumulação. E aqui está uma explicação plausível para a crise política e econômica que se seguiu à política petista a partir de junho de 2013. As manifestações de junho de 2013, o impeachment de Dilma Roussef e os cerca de 14 milhões de desempregados não são fruto de meros erros de tal ou qual gestor ou organização política, mas expressão de uma ordem social ancorada em uma estrutura mundial que continuamente se desmorona e se refaz, em bases cada vez mais frágeis e com um rastro de destruição cada vez maior. E por mais que processos destrutivos se engendrem estes não levam a retomadas de onda de progresso ou novos booms expansionistas, mas estabelecem-se em padrões cada vez mais difíceis de serem transpostos e que não podem ser retrocedidos.

Ana Elisa Cruz Corrêa: Professora de Sociologia no Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (Coltec-UFMG) e doutoranda pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ). Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Campinas (Unicamp), bacharelado em Ciências Sociais e licenciatura em Sociologia pela mesma instituição. Seus principais temas de pesquisa são: Movimentos sociais (urbanos e rurais); Questão agrária; Dilemas do desenvolvimento; Crise (econômica, política e social).

⁴¹ MENEGAT, Marildo. O fim da gestão da barbárie. *Revista Territórios Transversais*, São Paulo, n. 3, set. 2015.